

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

LEVANTAMENTOS PRELIMINARES DE PANCAS E ECOPORANGA

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

11001

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

LEVANTAMENTOS PRELIMINARES DE PANCAS E ECOPORANGA

1978

PANCAS

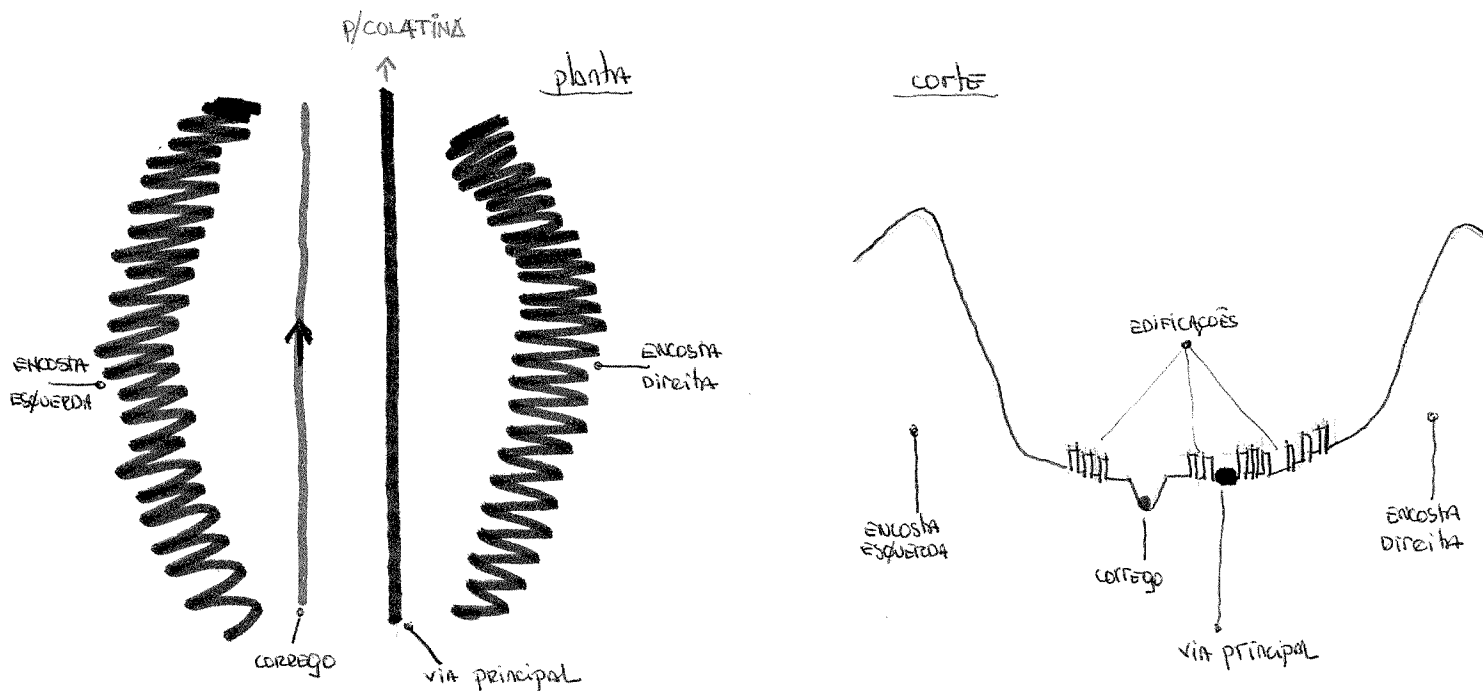
## RECOMENDAÇÕES INICIAIS

Visita: 07/05/78

Prefeito: Sr. Wallace dos Santos Alcure

## PROBLEMAS PRINCIPAIS:

1. Erosão provocada por ocupação nos talvegs das encostas
2. Inundação do córrego, provocado por sedimentação de sujeiras e do esgoto lançado como do estreitamento do canal.



## GERAL

Pancas está situada nun vale, cercado de abruptas encostas e cortada por um córrego. Sua expansão urbana é limitada e exige cuidados. Toda a água das chuvas que caem sobre a cidade têm como caminho natural o escoamento pelo córrego.

## EVOLUÇÃO

Até recentemente a cidade se desenvolvia entorno da via principal ocupando a parte plana do vale. As áreas de escoamento das águas de chuva eram pastos e as encostas cobertas por vegetação. Com o aumento populacional, houve a ocupação dessas áreas de pasto (do lado direito do rio) e das áreas de inundação do córrego, sem que houvesse no entanto qualquer trabalho de drenagem das áreas.

## PROBLEMAS E RECOMENDAÇÕES

Do lado direito do rio, por ter maior área, a ocupação continuou, subindo a encosta e localizando-se num dos talvegs da encosta. Com a retirada da cobertura vegetal, a ação das águas está provocando erosão e carregando terra, entupindo alguns drenos existentes. Consubstanciado a isto, a ausência de qualquer trabalho de drenagem das áreas ao pé das encostas tem provocado inundações ocasionando problemas para os habitantes desta área. Como solução recomenda-se:

1. que seja proibido qualquer abertura de novo lote ou construção de novas habitações nas encostas dos morros da cidade de Pancas;
2. que onde a cobertura vegetal foi retirada seja plantado grama ou mato;
3. que seja fechada a rua após o ex-hospital;

4. que se faça um levantamento do número de habitações e se fiscalize para que este não aumente;
5. nas vias onde há erosão, sejam preenchidos os buracos com terra, executando-se meio fio e canaletas de drenagem;
6. se houver condições, que se plante árvores nesta encosta, com o intuito de se diminuir a força da água ao tocar o solo;

Quanto à canalização das águas que descem pelo talvegs, é necessário um estudo mais completo, onde há a necessidade de obter o índice pluviométrico e uma planta plani-altimétrica da cidade. Como idéia pensa-se em captar a água e distribuí-la por uma rede de drenagem. Do pé da encosta é necessário a execução de uma canaleta concretada ou asfaltada a céu aberto, até o córrego. Nesta canaleta é necessário que esteja sempre desobstruída, fiscalizando-se para que aí não se jogue lixo, esgoto ou qualquer outra sujeira. Um problema a ser anotado é a tubulação existente que passa sob muitas habitações (tubos de 1.00 metro de diâmetro).

Quanto ao córrego é necessário:

1. uma drenagem no seu leito, aumentando-se assim a capacidade de volume d'água;
2. não seja permitido a construção de habitações a uma distância menor que 20 metros do seu eixo;
3. não se retire a camada vegetal de suas margens a fim de que não haja erosão e conseqüente elevação do leito;

4. que seja analisada as consequências da pedra do TAIM na capacidade do córrego.

A preservação do córrego e seu tratamento é fator importante para a cidade visto que pela topografia existente toda a água pluvial escorre para ele.

#### OUTROS PROBLEMAS

##### 1. LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO.

Antes da FJSN entregar a PMP o projeto de Lei regulando o parcelamento do solo recomenda-se que seja proibido qualquer aprovação de novo loteamento;

##### 2. EXPANSÃO DA CIDADE.

Com a planta plani-altimétrica, mais a vocação de crescimento urbano da FJSN estudará os melhores locais para urbanização e as recomendações necessárias para sua ocupação.

##### 3. PROJETO CIATA.

Recomenda-se que a PMP entre em contato com o Dr. Armando Rabelo da Secretaria da Fazenda para a inclusão do município de Pancas das prioridades de projeto CIATA, pois esta é uma forma de aumento de arrecadação para a execução de obras que se fazem necessárias.

#### 4. C.S.U.

A PMP deve entrar em contato com o Sr. Romualdo Gianordolli da Secretaria e Cultura do Bem-Estar Social para a implantação de C.S.U. na cidade de Pancas na área do campo de futebol do lado esquerdo do córrego. A FJSN se responsabiliza em adaptar o C.S.U. ao sistema viário existente.

#### 5. TERMINAL DE ÔNIBUS.

Com a inexistência de um terminal de ônibus e pela necessidade existente, a FJSN, estudará a localização para implantação deste terminal.

#### 6. MERCADO/FEIRA-LIVRE

A fim de proporcionar a população oportunidade de aquisição de gêneros alimentícios frescos, de boa qualidade e a preços convenientes, é necessário o estudo de como é feita a comercialização dos alimentos e se há a necessidade da implantação de um mercado.

#### 7. APROVEITAMENTO DO EX-HOSPITAL.

Qual?

A PMP deve entrar em contato com o DAF a fim de estudar as possibilidades da execução e custos de uma restituição p/a cidade de Pancas. Contactará o DNOS para levantar os estudos feitos por este órgão na cidade.



A PMP cabe entregar a FJSN o seguinte:

1. o índice pluviométrico registrado nas últimas chuvas.
2. o código de posturas
3. código de obras (se houver)
4. a estrutura administrativa da PMP
5. as plantas existentes da cidade.

ECOPORANGA

## RECOMENDAÇÕES INICIAIS

Visita feita no dia 06/05/78

Prefeito: Sr. Geraldo de Souza Lima

## PROBLEMAS PRINCIPAIS

- . Ocupação das encostas
- . Inundação do Rio

Nas pequenas cidades são necessárias até certo ponto as estruturas concentradoras. Ecoporanga tem na praça principal, e nos lotes que lhe dão frente os órgãos institucionais, bancos e algum comércio, formando um ponto focal da cidade. Outro ponto de convergência é o comércio e serviço no entorno da estação rodoviária e do mercado.

A ausência de muitas áreas ótimas para urbanização ao redor destes pontos principais forçou com que a população - aliada a uma falta de legislação regulando a ocupação e parcelamento do solo - ocupasse áreas de certa forma impróprias à urbanização, tal como, as encostas dos morros e as margens do rio que corta a cidade, mas perto do local de comércio e serviços urbanos.

No entanto, apesar de ser necessária uma densificação destas cidades entorno de seu centro (pois do contrário exigiria das PM enormes recursos para a urbanização se a cidade fosse espraiada), a ocupação destas áreas não podem se dar de forma indiscriminada.

A ocupação de encostas geralmente traz sérios problemas, porque ela é feita de maneira desordenada, sem nenhuma orientação técnica e por uma população de renda baixa, sem condições de custear obras necessárias à urbanização deste espaço. Alguns problemas dessa ocupação podem ser enumerados:

## 1. OCUPAÇÃO EM ÁREAS COM INCLINAÇÃO SUPERIOR A 30%.

Nosso solo tem uma constituição recente, com grandes camadas de solo argiloso. Quando se retira a vegetação que o recobre para abertura de ruas ou lotes, ele fica exposto diretamente às águas da chuva, que numa primeira vez carregam a camada superficial de terra e às sucessivas chuvas vão infiltrando-se neste solo argiloso provocando erosões continuadas.

Como consequência deste processo tem-se o perigo de desmoronamento de habitações e o constante carregamento de terra encosta abaixo na ocasião de chuvas, provocando entupimento de galerias pluviais, diminuição do canal do córrego pela sedimentação da terra, e muita terra depositada no pé da encosta.

## 2. OCUPAÇÃO NAS MARGENS DO CÔRREGO.

Todo o córrego ou rio tem o leito natural por onde correm suas águas e uma área fora deste leito que corresponde a sua área de inundação. Esta última pode ser maior ou menor de acordo com as mudanças que houver no seu leito. Quando em Ecoporanga, retirava-se areia do rio, ocorreu a retirada também da vegetação de suas margens. As margens desprotegidas e a ação da água provocou o desmoronamento, diminuindo em consequência a profundidade do rio. (A vegetação tem como função segurar a terra não deixando que seja carregamento pelas águas).

As primeiras chuvas, este processo tornou-se mais rápido, com novos desmoronamento trazendo como resultado então uma área maior de inundação, já que o leito do rio subiu com a sedimentação da terra das margens.

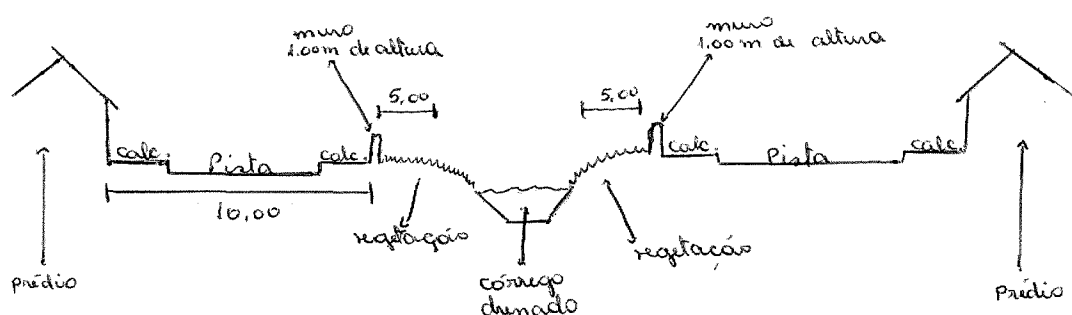
A estes dois problemas formulamos algumas recomendações iniciais:

- a) que proíba-se maior densificação das encostas, desestimulando qualquer novo tipo de urbanização nelas, até que se tenha um projeto e uma legislação para a sua ocupação;

- b) que não se permita abertura de vias cortando perpendicularmente as curvas de níveis;
- c) que a maioria das vias já abertas perpendicularmente as curvas de níveis e onde haja um processo de grande erosão, sejam transformadas em escadarias;
- d) que nas áreas de encosta aonde foi retirada a cobertura vegetal e que apresentem erosão, seja imediatamente plantada grama;
- e) que nas margens do córrego seja resposta a cobertura vegetal, onde esta não houver;
- f) que nas margens do córrego ao lado da ponte nova, seja feita um muro de pedra e preenchido os buracos provocados pela erosão a fim de contê-la;
- g) que as novas habitações guardem uma distância de pelo menos 20 metros do eixo do córrego.

Uma alternativa a ser estudada no lugar da canalização do córrego, por ser esta muito cara, é a seguinte:

- que haja em 1º lugar uma drenagem do córrego retirando-se a sedimentação de terra e de sujeiras que nele são jogada, aumentando-se assim a sua capacidade;
- após este trabalho que seja construída um muro de 1.00 metro de altura a uma distância de pelo menos 5 metros de suas margens.



Quanto aos outros problemas verificados na cidade:

1. NA PRAÇA RECENTEMENTE ATERRADA E ONDE HOUVE UM LOTEAMENTO E VENDIDO SEUS LOTES.

A prefeitura deve entrar em contato com o Dr. Romualdo Gianordolli da Secretaria de Cultura e Bem Estar Social e analisar a possibilidade da implantação neste local de um Centro Social Urbano. Caso haja possibilidade, recomendar as etapas de implementação paralelamente ao processo de desapropriação da área.

A FJSN se encarregará de estudar e adaptar o CSU à malha viária existente.

2. ARBORIZAÇÃO DA PRAÇA PRINCIPAL.

É necessário que a PME faça um desenho da praça, com a localização das árvores existentes, canteiros, postes de iluminação, bancos, passeios e demais equipamentos existentes atualmente, para que se possa projetar mudanças e arborização.

3. PRAÇA DEFRENTE AO COLÉGIO PIO XII.

Para conter a erosão é necessário a construção de um dreno na rua em frente ao colégio. Para projetar a praça é necessário a planta da praça e das ruas que a circundam com o tipo de pavimentação, a localização das galerias pluviais e a localização dos meio-fios.

4. PRAÇA DA PONTE (área do mercado).

É necessário a planta da área para se propor uma melhoria e estudar os fluxos de trânsito e áreas para estacionamento.

## 5. DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS.

Por ser um trabalho complexo, recomenda-se que seja feito integralmente, com a contenção das encostas, e da correção da inundação do córrego. A FJSN entrará em contato com técnicos habilitados para o serviço uma vez esteja com a planta plani-altimétrica da cidade. (A Prefeitura deve contactar o DAF neste sentido).

## 6. PROJETO CIATA.

Por ser um trabalho de atualização do imposto predial e territorial urbano e de conseqüente aumento da receita municipal, a FJSN propõe que ele seja agilizado no município. Como uma força secundária - já que a PME é a principal - a FJSN entrará em contato com o Dr. Armando Rabelo da Secretaria da Fazenda pedindo a inclusão do Projeto CIATA no município de Ecoporanga.

## 7. ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.

Para fazer face ao processo de urbanização da cidade de Ecoporanga, a PME necessita de uma estrutura mais dinâmica, onde haja uma perfeita divisão de trabalho e compreensão clara dos encargos de cada um, além de contratar um técnico capaz de dar orientação e acompanhar projetos e obras. Caso haja interesse, a FJSN pode dar um treinamento inicial a este técnico.

## 8. LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO.

A fim de dotar a PME de um instrumento legal e de orientação na abertura de novos loteamentos a FJSN apresentará um projeto de lei de parcelamento do solo.

Quanto à PME, cabe neste primeiro momento, além do levantamento das praças anteriormente citadas, a entregar à FJSN, os seguintes materiais:

- a) código de posturas
- b) lei de perímetro urbano (se houver)
- c) código de obras (se houver)
- d) plantas da cidade
- e) estrutura administrativa da PME.



